

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.579 - BA (2019/0343504-0)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**RECORRENTE : LEONARDO JESUS DE ALMEIDA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por LEONARDO JESUS DE ALMEIDA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**.

Depreende-se dos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada, pela prática, **em tese**, do delito de lesão corporal no âmbito da violência doméstica contra mulher e descumprimento de medidas protetivas.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

*" HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA E DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. PRISÃO DECRETADA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DEMONSTRADA NECESSIDADE EM RAZÃO DA PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE EVIDENCIADA NAS CIRCUNSTÂNCIAS DE SUA PRISÃO E PARA EFETIVA PROTEÇÃO DA VÍTIMA. PACIENTE QUE DESRESPEITOU AS MEDIDAS PROTETIVAS, APROXIMOU-SE DA VÍTIMA E APÓS DESENTENDIMENTO MOTIVADO POR CIÚMES A LESIONOU NO OMBRO, UTILIZANDO-SE DE UM PUNHAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PROCESSO COM REGULAR ANDAMENTO. INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 28.08.2019. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA." (fl. 44).*

**Daí o presente recurso ordinário**, no qual alega o recorrente que estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou sua segregação cautelar. Reforça as condições

pessoais favoráveis.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 70-72.

Informações prestadas às fls. 78-80.

O Ministério Público federal, às fls. 82-83, manifestou-se pelo prejudicialidade do recurso, em parecer com a seguinte ementa:

*“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL. LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA. PRISÃO PREVENTIVA. RÉU CONDENADO. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA, EM RAZÃO DA PENA APLICADA SER INFERIOR AO PERÍODO OBJETO DE DETRAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE ALVÁRA DE SOLTURA. PEDIDO PREJUDICADO. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO.”*

É o relatório.

Decido.

**O presente recurso está prejudicado.**

Isto porque, conforme as informações prestadas pelo d. Magistrado de 1º Grau (fls. 78-80), foi proferida sentença condenatória e, na mesma oportunidade, em razão da aplicação da detração da pena, a prisão preventiva foi revogada.

A r. sentença foi proferida com força de alvará de soltura.

Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade do presente recurso, ante a perda superveniente de seu objeto.

Ante o exposto, julgo prejudicado o presente recurso ordinário em **habeas corpus**.

P. I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo  
(Desembargador Convocado do TJ/PE)  
Relator